

Esta Listagem não serve como Comprovativo

Rosto	
01 Período de tributação	
1 De	2019/07/09 a 2019/12/31
Período	
2	2019
02 Área da sede, direção efetiva ou estabelecimento estável	
Código do Serviço de Finanças	
1	0485
03 Identificação e Caracterização do Sujeito Passivo	
Designação	
N.º de Identificação Fiscal (NIF)	
1	2 534508960
3 Tipo de sujeito passivo	
1	<input checked="" type="checkbox"/> Residente que exerce, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola
2	<input type="checkbox"/> Residente que não exerce, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola
3	<input type="checkbox"/> Não residente com estabelecimento estável
4	<input type="checkbox"/> Não residente sem estabelecimento estável
3-A Qualificação da empresa nos termos do Anexo ao Decreto-Lei N.º 372/2007, de 6 de Novembro	
Se assinalou os campos 1 ou 3 do Quadro 03 - 3, indique como se qualifica nos termos previstos no Anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 06 de novembro	
3	<input checked="" type="checkbox"/> Micro empresa
4	<input type="checkbox"/> Pequena empresa
1	<input type="checkbox"/> Média empresa
2	<input type="checkbox"/> Não PME
3-B Organismos de investimento coletivo	
Indique se se trata de um Organismo de Investimento Coletivo tributado nos termos do artigo 22.º do EBF	
1	<input type="checkbox"/>
3-C Imputação de rendimentos (Art.º 5.º, n.º 9)	
É considerado um estabelecimento estável para efeitos da imputação prevista no n.º 9 do artigo 5.º?	
Sim	
1	<input checked="" type="checkbox"/>
4 Regimes de tributação dos rendimentos	
1	<input checked="" type="checkbox"/> Geral
3	<input type="checkbox"/> Isenção definitiva
4	<input type="checkbox"/> Isenção temporária
5	<input type="checkbox"/> Redução de taxa
6	<input type="checkbox"/> Simplificado
7	<input type="checkbox"/> Transparência fiscal
8	<input type="checkbox"/> Grupos de sociedades
NIF da sociedade dominante / Responsável (art.º 69.º-A, n.ºs 3 e 4)	
9	
10	<input type="checkbox"/> Pretende exercer a opção pelas taxas do art.º 87.º, n.º 1? (art.º 91.º, n.º 2 da Lei n.º 3 - B/2010, de 28 de abril)
11	<input type="checkbox"/> Ocorreu alguma das situações referidas no ex-art.º 87.º, n.º 7 ?
12	<input type="checkbox"/> Artigo 36.º-A do EBF
13	<input type="checkbox"/> Regime especial das atividades de transporte marítimo (Dec.-lei n.º 92/2018, de 13 de novembro)
4-A Transferência de residência/cessação da atividade de estabelecimento estável/afetação de elementos patrimoniais (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º-A, n.º 11)	
Se no período de tributação ocorreu transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais e estabelecimento estável situado fora do território português, cessação da atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português, indique o local de destino	
1	<input type="checkbox"/> Países da UE/EEE
2	<input type="checkbox"/> Outros
04 Características da declaração	
1 Tipo de declaração	
1	<input checked="" type="radio"/> 1.ª Declaração do período
2	<input type="radio"/> Declaração de substituição (art.º 122.º, n.ºs 1 e 2)
3	<input type="radio"/> Declaração de substituição (art.º 64.º, n.º 4)
4	<input type="radio"/> Declaração de substituição (art.º 120.º, n.ºs 8 e 9)
5	<input type="radio"/> Declaração de substituição (art.º 64.º, n.º 4) fora do prazo legal
6	<input type="radio"/> Declaração de substituição (art.º 122.º, n.º 3)
Data - Declaração de substituição (art.º 122.º, n.º 3)	

2	Declarações especiais	
1	<input type="checkbox"/> Declaração do Grupo	
2	<input type="checkbox"/> Declaração do período de liquidação	
3	<input type="checkbox"/> Declaração do período de cessação	
Data da cessação		6
Declaração com período especial de tributação		4 <input type="checkbox"/> Antes da alteração
		5 <input type="checkbox"/> Após a alteração
7	<input type="checkbox"/> Declaração do período do início de atividade	
Data da transmissão/aquisição (entidades não residentes sem estabelecimento estável)		8
9	<input type="checkbox"/> Antes da dissolução	
10	<input type="checkbox"/> Após a dissolução	
Data da dissolução		11
3	Anexos que devem acompanhar a declaração	
Anexo A (derrama)		1 <input type="checkbox"/>
Anexo B (antigo regime simplificado em vigor até 2010)		2 <input type="checkbox"/>
Anexo C (Regiões Autónomas)		3 <input type="checkbox"/>
Anexo D (benefícios fiscais)		4 <input checked="" type="checkbox"/>
Anexo E (regime simplificado)		5 <input type="checkbox"/>
Anexo F (OIC)		6 <input type="checkbox"/>
Anexo G Atividades de Transporte Marítimo		7 <input type="checkbox"/>
05	Identificação do Representante Legal e do Contabilista Certificado	
NIF do representante legal		1 262101343
NIF do contabilista certificado		2 102202555
07 (Período 2009 e anteriores)	Apuramento do lucro tributável	
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		201 €
Variações patrimoniais positivas não refletidas no resultado líquido (art.º 21.º)		202 €
Variações patrimoniais negativas não refletidas no resultado líquido (art.º 24.º)		203 €
SOMA (campos 201 + 202 - 203)		204 € 0,00
A ACRESCER		
Matéria coletável / lucro tributável imputado por sociedades transparentes, ACE ou AEIE (art.º 6.º)		205 €
Prémios de seguros e contribuições (art.º23.º,n.º4)		206 €
Reintegrações e amortizações não aceites como custos (art.º 33.º, n.º 1)		207 €
Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais (art.ºs 34.º, 37.º e 38.º)		208 €
Realizações de utilidade social não dedutíveis (art.º 40.º)		209 €
Donativos não previstos ou além dos limites legais (art.º 62.º do EBF)		210 €
IRC e outros impostos incidentes direta ou indiretamente sobre lucros [art.º 42.º, n.º1, alínea a)]		211 €
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações [art.º 42.º, n.º1, alínea d)]		212 €
Indemnizações por eventos seguráveis [art.º 42.º, n.º1, alínea e)]		213 €
Encargos não devidamente documentados [art.º 42.º, n.º1, alínea g)]		277 €
Despesas não documentadas (art.º 23.º)		214 €
Menos-valias contabilísticas		215 €
Correções nos casos de crédito de imposto (art.º 62.º, n.º1)		217 €
40% do aumento das reintegrações resultantes da reavaliação do imobilizado corpóreo		218 €
Importâncias devidas pelo aluguer de viaturas sem condutor [art.º 42.º, n.º1, alínea h)]		220 €
Anulação do efeito do método da equivalência patrimonial (art.º 18.º, n.º7)		222 €
Despesas com ajudas de custo e de compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador [art.º 42.º, n.º1, alínea f)]		223 €
Correções relativas a exercícios anteriores		224 €
Correções relativas a preços de transferência (art.º 58.º, n.º8)		251 €
Pagamentos a entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 59.º, n.º1)		252 €
Imputação de lucros de sociedades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 60.º)		253 €
Subcapitalização (art.º 61.º, n.º1)		254 €
Juros de suprimentos [art.º 42.º, n.º1, alínea j)]		255 €
Despesas com combustíveis [art.º 42.º, n.º1, alínea i)]		256 €
Diferença positiva entre o valor patrimonial tributário definitivo do imóvel e o valor constante do contrato[ art.º 58.º-A, n.º 3, alínea a) ]		257 €
Importâncias constantes de documentos emitidos por sujeitos passivos com NIF inexistente ou inválido [art.º 42.º, nº 1, alínea b)]		258 €
Custos ou perdas suportados com transmissão onerosa de partes de capital (art.º 23.º, nºs 5,6 e 7)		259 €
Ajustamentos de valores de ativos não dedutíveis ou para além dos limites legais (arts.º 34.º, 35.º e 36.º)		270 €
Impostos diferidos		

	271	€	
Mais-valias fiscais sem intenção de reinvestimento (art.º 43.º)	216	€	
Mais-valias fiscais com intenção expressa de reinvestimento (art.º 45.º)	274	€	
Acréscimos por não reinvestimento (art.º 45.º, n.º 6.º)	275	€	
Mais-valias fiscais - regime transitório [art.º 7, n.º 7, alínea b) da Lei n.º 30-G/2000, de 29 de dezembro e art.º 32.º, n.º 8 da Lei n.º 109-B/2001, de 27 de dezembro]	276	€	
	225	€	
SOMA (campos 204 a 225)	226	€	0,00
A DEDUZIR			
Prejuízo fiscal imputado por ACE ou AEIE (art.º 6.º)	227	€	
Redução de provisões tributadas	228	€	
Mais-valias contabilísticas	229	€	
Menos-valias fiscais (art.º 43.º)	230	€	
Restituição de impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	231	€	
Rendimentos nos termos do artigo 46.º	232	€	
Atualização de encargos de explorações silvícolas (art.º 18.º, n.º 6.º)	233	€	
Benefícios fiscais	234	€	
Anulação do efeito do método da equivalência patrimonial (art.º 18.º, n.º7)	235	€	
40% das realizações de utilidade social (art.º 40.º, n.º9)	236	€	
Reversões de ajustamentos de valores de ativos tributados	272	€	
Impostos diferidos	273	€	
	237	€	
SOMA (campos 227 a 237)	238	€	0,00
PREJUÍZO PARA EFEITOS FISCAIS (Se 238 > 226) (A transportar para os Campos 301, 312 e/ou 323 do Quadro 09)	239	€	0,00
LUCRO TRIBUTÁVEL (Se 226 >= 238) (A transportar para os Campos 302, 313, e/ou 324 do Quadro 09)	240	€	

07 (Período 2010 e posteriores)	Apuramento do lucro tributável		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	701	€	
Variações patrimoniais positivas não refletidas no resultado líquido do período (art.º 21.º) e quota-parte do subsídio respeitante a ativos não correntes, não depreciables/não amortizáveis [art.º 22.º n.º 1, al. b) a al. d)]	702	€	
Variações patrimoniais positivas (regime transitório previsto no art.º 5.º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL n.º 159/2009, de 13/7)	703	€	
Variações patrimoniais negativas não refletidas no resultado líquido do período (art.º 24.º)	704	€	
Variações patrimoniais negativas (regime transitório previsto no art.º 5.º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL n.º 159/2009, de 13/7)	705	€	
Alteração do regime fiscal dos contratos de construção (correções positivas)	706	€	
Alteração do regime fiscal dos contratos de construção (correções negativas)	707	€	
SOMA (campos 701 + 702 + 703 - 704 - 705 + 706 - 707)	708	€	0,00
A ACRESCEER			
Matéria coletável / lucro tributável imputado por sociedades transparentes, ACE ou AEIE (art.º 6.º)	709	€	
Correções relativas a períodos de tributação anteriores (art.º 18.º, n.º 2)	710	€	
Vendas e prestações de serviços com pagamento diferido: diferença entre a quantia nominal da contraprestação e o justo valor (art.º 18.º, n.º 5)	711	€	
Gastos referentes a inventários e a fornecimentos e serviços externos com pagamento diferido: gastos de juros (art.º 18.º, n.º 5)	782	€	
Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial e do método de consolidação proporcional no caso de empreendimentos conjuntos que sejam sujeitos passivos de IRC (art.º 18.º, n.º 8)	712	€	
Ajustamentos não dedutíveis decorrentes da aplicação do justo valor (art.º 18.º, n.º 9)	713	€	
Pagamentos com base em ações (art.º 18.º, n.º11)	714	€	
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados (art.º 18.º, n.º12)	715	€	
Gastos suportados com a transmissão onerosa de partes de capital (ex-art.º 23.º, n.ºs 3, 4 e 1.ª parte do n.º5)	717	€	
Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais (art.ºs 19.º, n.º 4 e 39.º) e perdas por imparidade fiscalmente não dedutíveis de ativos financeiros	721	€	
IRC, incluindo as tributações autónomas, e outros impostos que direta ou indiretamente incidam sobre os lucros [art.º 23.º -A, n.º 1, al. a)]	724	€	43.780,59
Impostos diferidos [art.º 23.º -A, n.º 1, al. a)]	725	€	674,31
Despesas não documentadas [art.º 23.º -A, n.º1, al. b)]	716	€	375,00
Encargos não devidamente documentados [art.º 23.º -A, n.º 1, al. c)]	731	€	6.250,00
Encargos evidenciados em documentos emitidos por sujeitos passivos com NIF inexistente ou inválido ou por sujeitos passivos cessados oficiosamente [art.º 23.º -A, n.º 1, al. c)]	726	€	
Despesas ilícitas [art.º 23.º -A, n.º1, al. d)]	783	€	
Multas, coimas e demais encargos, incluindo juros compensatórios e moratórios, pela prática de infrações [art.º 23.º -A, n.º 1, al. e)]	728	€	577,00
Impostos, taxas e outros tributos que incidam sobre terceiros que o sujeito passivo não esteja legalmente obrigado a suportar [art.º 23.º -A, n.º1, al. f)]	727	€	
Indemnizações por eventos seguráveis [art.º 23.º -A, n.º 1, al. g)]	729	€	
Ajudas de custo e encargos com compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador [art.º 23.º -A, n.º 1, al. h)]	730	€	
Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor [art.º 23.º -A, n.º 1, al. i)]	732	€	
Encargos com combustíveis [art.º 23.º -A, n.º 1, al. j)]	733	€	
Encargos relativos a barcos de recreio e aeronaves de passageiros [art.º 23.º -A, n.º 1, al. k)]	784	€	
Juros e outras formas de remuneração de suprimentos e empréstimos feitos pelos sócios à sociedade [art.º 23.º -A, n.º 1, al. m)]	734	€	
Gastos não dedutíveis relativos à participação nos lucros por membros dos órgãos sociais [art.º 23.º -A, n.º 1, al. o)]	735	€	
Contribuição sobre o setor bancário [art.º 23.º -A, n.º 1, al. p)]	780	€	
Contribuição extraordinária sobre o setor energético [art.º 23.º -A, n.º 1, al. q)]	785	€	

		€	
Importâncias pagas ou devidas a entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado [art.º 23.º -A, n.º 1, al. r) e n.º 7]	746	€	
50% de outras perdas relativas a partes de capital ou outras componentes do capital próprio (ex-art.º 45.º, n.º 3, parte final)	737	€	
Outras perdas relativas a instrumentos de capital próprio e gastos suportados com a transmissão onerosa de instrumentos de capital próprio de entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 23.º -A, n.ºs 2 e 3)	786	€	
Perdas por imparidade em inventários para além dos limites legais (art.º 28.º) e em créditos não fiscalmente dedutíveis ou para além dos limites legais (art.ºs 28.º -A a 28.º -C)	718	€	0,49
Perdas por imparidade de ativos não correntes (art.º 31 -B) e depreciações e amortizações (art.º 34.º, n.º1), não aceites como gastos	719	€	
40% do aumento das depreciações dos ativos fixos tangíveis em resultado de reavaliação fiscal (art.º 15.º, n.º 2 do DR 25/2009, de 14/9)	720	€	
Créditos incobráveis não aceites como gastos (art.º 41.º)	722	€	
Realizações de utilidade social não dedutíveis (art.º 43.º)	723	€	
Menos-valias contabilísticas	736	€	
Mais-valia fiscal resultante de mudanças no modelo de valorização [art.º 46.º, n.º 5, al. b)]	738	€	
Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento (art.º 46.º)	739	€	
50% da diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais com intenção expressa de reinvestimento (art.º 48.º, n.º 1)	740	€	
Acréscimos por não reinvestimento ou pela não manutenção dos ativos na titularidade do adquirente (art.º 48.º, n.º 6)	741	€	
Mais-valias fiscais-regime transitório [art.º 7.º, n.º 7, al. b) da Lei n.º 30-G/2000, de 29/12 e art.º 32.º, n.º 8 da Lei n.º 109-B/2001, de 27/12]	742	€	
Correções relativas a instrumentos financeiros derivados (art.º 49.º)	743	€	
Prejuízos de estabelecimentos estáveis situados fora do território português (art.º 54.º -A)	787	€	
Correções relativas a preços de transferência (art.º 63.º, n.º 8)	744	€	
Diferença positiva entre o valor patrimonial tributário definitivo do imóvel e o valor constante do contrato [art.º 64.º, n.º 3, al. a)]	745	€	
Imputação de rendimentos de entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 66.º)	747	€	
Limitação à dedutibilidade de gastos de financiamento líquidos (art.º 67.º)	748	€	
Correções nos casos de crédito de imposto por dupla tributação jurídica internacional (art.º 68.º, n.º 1)	749	€	
Correções nos casos de crédito de imposto por dupla tributação económica internacional (art.º 68.º, n.º 3)	788	€	
Correções resultantes da opção pelo regime especial aplicável às fusões, cisões, entradas de ativos e permutas de partes sociais (art.ºs 74.º, 76.º e 77.º)	750	€	
Transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais a estabelecimento estável situado fora do território português, cessação de atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português: saldo positivo referente aos elementos patrimoniais transferidos para outro Estado membro da UE ou do EEE ou afetos a estabelecimento estável aí situado (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º -A, n.º 11)	789	€	
Transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais a estabelecimento estável situado fora do território português, cessação de atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português: saldo positivo referente aos elementos patrimoniais transferidos para países fora da UE ou do EEE ou afetos a estabelecimento estável aí situado (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º -A, n.º 11)	790	€	
Donativos não previstos ou além dos limites legais (art.ºs 62.º, 62.º-A e 62.º-B do EBF)	751	€	
Encargos financeiros não dedutíveis (ex-art.º 32.º, n.º2 do EBF)	779	€	
Adicional ao Imposto Municipal sobre imóveis (art.º 135.º-J do Código do IMI)	797	€	
Gastos e perdas relativos às atividades de transporte marítimo às quais é aplicável o regime especial de determinação da matéria coletável (art.º 6.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 92/2018, de 13 de novembro)	799	€	
Outros acréscimos	752	€	
SOMA (campos 708 a 752)	753	€	51.657,39
<b>A DEDUZIR</b>			
Despesas ou encargos de projeção económica plurianual contabilizados como gasto na vigência do POC e ainda não aceites fiscalmente [art.º 22.º, al. f) do DR 25/2009, de 14/9]	754	€	
Prejuízo fiscal imputado por ACE ou AEIE (art.º 6.º)	755	€	
Correções relativas a períodos de tributação anteriores (art.º 18, n.º 2)	756	€	
Vendas e prestações de serviços com pagamento diferido: rédito de juros (art.º 18.º, n.º 5)	757	€	
Gastos referentes a inventários e a fornecimentos e serviços externos com pagamento diferido: diferença entre a quantia nominal da contraprestação e o justo valor (art.º 18.º, n.º 5)	791	€	
Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial e do método de consolidação proporcional no caso de empreendimentos conjuntos que sejam sujeitos passivos de IRC (art.º 18.º, n.º 8)	758	€	
Ajustamentos não tributáveis decorrentes da aplicação do justo valor (art.º 18.º, n.º 9)	759	€	
Pagamentos com base em ações (art.º 18.º, n.º 11)	760	€	
Pagamento ou colocação à disposição dos beneficiários de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados (art.º 18.º, n.º 12)	761	€	
Reversão de perdas por imparidade tributadas (art.ºs 28.º, n.º 3 e 28.º -A, n.º 3)	762	€	
Depreciações e amortizações tributadas em períodos de tributação anteriores (art.º 20.º do DR 25/2009, de 14/9)	763	€	
Perdas por imparidade tributadas em períodos de tributação anteriores (art.ºs 28.º, 28.º -A, n.º 1 e 31.º -B, n.º7)	781	€	
Reversão de provisões tributadas (art.ºs 19.º, n.º 4 e 39.º, n.º 4)	764	€	
Restituição de Impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	765	€	
Impostos diferidos [art.º 23.º -A, n.º 1, al. a)]	766	€	4.305,00
Gasto fiscal relativo a ativos intangíveis, propriedades de investimento e ativos biológicos não consumíveis (art.º 45.º -A)	792	€	
Mais-valias contabilísticas	767	€	6.063,28
50% da menos-valia fiscal resultante de mudanças no modelo de valorização [art.º 46.º, n.º 5, al. b) e ex-art.º 45.º, n.º 3, parte final] e 50% da diferença negativa entre as mais e as menos-valias fiscais de partes de capital ou outras componentes do capital próprio (ex-art. 45.º, n.º 3, 1.ª parte)	768	€	
Diferença negativa entre as mais-valias e as menos-valias fiscais (art.º 46.º)	769	€	
Correções relativas a instrumentos financeiros derivados (art.º 49.º)	770	€	
50% dos rendimentos de patentes e outros direitos de propriedade industrial (art.º 50.º -A)	793	€	
Eliminação da dupla tributação económica de lucros e reservas distribuídos (art.º 51.º e 51.º -D)	771	€	
Lucros de estabelecimentos estáveis situados fora do território português (art.º 54.º -A)	794	€	
Correção pelo adquirente do imóvel quando adota o valor patrimonial tributário definitivo para a determinação do resultado tributável na respetiva transmissão [art.º 64.º, n.º 3, al. b)]	772	€	
Reporte dos gastos de financiamento líquidos de períodos de tributação anteriores (art.º 67.º)	795	€	
Correções resultantes da opção pelo regime especial aplicável às fusões, cisões, entradas de ativos e permutas da partes sociais (art.ºs 74.º, 76.º e 77.º)	773	€	
	796	€	

Transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais a estabelecimento estável situado fora do território português, cessação da atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português: saldo negativo referente aos elementos patrimoniais transferidos para fora do território português ou afetos a estabelecimento estável aí situado (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º-A, n.º 11)

Benefícios Fiscais	774	€	
Réditos e rendimentos relativos às atividades de transporte marítimo às quais é aplicável o regime especial de determinação da matéria coletável (art.º 6.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 92/2018, de 13 de novembro)	800	€	
Outras deduções	775	€	
Perdas por imparidade em créditos e benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados (art.º 4.º do anexo à Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto)	798	€	
SOMA (campos 754 a 775 + 798 + 800)	776	€	10.368,28
PREJUÍZO PARA EFEITOS FISCAIS (Se 776 > 753)	777	€	0,00
LUCRO TRIBUTÁVEL (Se 753 >= 776) (A transportar para o quadro 09)	778	€	41.289,11

08	Regimes de taxa		
08.1	Regimes de redução de taxa	Assinalar com X	Taxas de tributação
	Estabelecimentos de ensino particular (ex-art.º 56.º do EBF)	242 <input type="checkbox"/>	20%
	Benefícios relativos à interioridade (art.º 41.º-B e ex-art.º 43.º do EBF)	245 <input type="checkbox"/>	12,5% / 21%
	Antigo Estatuto Fiscal Cooperativo (art.º 7.º, n.º 3 da Lei nº 85/98, de 16/12)	248 <input type="checkbox"/>	20%
	Entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira (ex-art.º 35.º do EBF)	260 <input type="checkbox"/>	3%
	Entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira (art.ºs 36.º e 36.º-A do EBF)	265 <input type="checkbox"/>	5%
		247 <input type="checkbox"/>	
08.2	Regime geral	Assinalar com X	Taxas de tributação
	Região Autónoma dos Açores (Dec. Leg. Regional n.º 2/1999/A, de 20/1)	246 <input type="checkbox"/>	13,6% / 16,8%
	Região Autónoma Madeira (Dec. Leg. Regional n.º 2/2001/M, 20/2)	249 <input type="checkbox"/>	16% / 21%
	Rendimentos prediais de entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)	262 <input type="checkbox"/>	25%
	Mais-valias imobiliárias/Incrementos patrimoniais obtidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)	263 <input type="checkbox"/>	25%
	Mais-valias mobiliárias obtidas por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)	266 <input type="checkbox"/>	25%
	Rendimentos decorrentes da alienação de unidades de participação em FII e de participações sociais em SII, auferidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 22.º-A, n.º 1, al. c) do EBF)	267 <input type="checkbox"/>	10%
	Outros rendimentos obtidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável	264 <input type="checkbox"/>	

09	Apuramento da matéria coletável				
	(transporte de Q. 07)	Regime geral	Com redução de taxa	Com isenção	Regime simplificado (em vigor até 2010)
1. PREJUÍZO FISCAL	301 €	312 €	323 €		
2. LUCRO TRIBUTÁVEL	302 €	41.289,11	313 €	324 €	400 €
Regime especial dos grupos de sociedades					
Soma algébrica dos resultados fiscais				380 €	
Lucros distribuídos (ex-art.º 70.º, n.º 2)				381 €	
Gastos de financiamento líquidos (opção prevista no art.º 67.º, n.º 5)				395 €	
Ajustamento READ (art.º 5.º, n.º 1 al. b) do Anexo à Lei n.º 61/2014, 26 de agosto)				500 €	
Resultados internos eliminados ao abrigo do anterior RTLC, a incluir no lucro tributável do período				376 €	
Resultado fiscal do grupo				382 €	
396 Prejuízos individuais deduzidos, verificados em períodos anteriores ao início da aplicação do regime:					
Prejuízos   NIF					
398 Quotas-partes dos prejuízos fiscais deduzidas em caso de aquisição de grupos de sociedades (art.º 71.º, n.ºs 4 e 5)					
Prejuízos   NIF					
Prejuízos fiscais dedutíveis	303 €	314 €	325 €	401 €	
Prejuízos fiscais autorizados/transmitidos (art.º 75.º, n.ºs 1 e 3)	383 €	386 €	389 €	392 €	
Prejuízos fiscais autorizados/transmitidos [art.º 15.º, n.º 1, al. c) e art.º 75, n.º 5]	384 €	387 €	390 €	393 €	
Prejuízos fiscais não dedutíveis (art.º 52.º, n.º 8)	385 €	388 €	391 €	394 €	
3. DEDUÇÕES					
Prejuízos fiscais deduzidos	309 €	320 €	331 €	407 €	
Discriminação dos prejuízos fiscais deduzidos, por período de apuramento e montante					
Regime Geral					
309.1 - Período 309.2 - Montante					
Com redução de taxa					
320.1 - Período 320.2 - Montante					
Com isenção					
331.1 - Período 331.2 - Montante					
Benefícios fiscais	310 €	321 €	332 €	408 €	
4. MATÉRIA COLETÁVEL (2-3)	311 €	41.289,11	322 €	333 €	409 €
ZFM - Matéria coletável que excede os plafonds máximos (art.ºs 36.º, n.º 3 e 36.º-A, n.º 4 do EBF)	336 €				0,00
COLETIVIDADES DESPORTIVAS - Dedução das importâncias investidas até 50% da matéria coletável (art.º 54, n.º 2 do EBF)	399 €				
Existindo prejuízos fiscais autorizados/transmitidos, indique:					
Total do valor utilizado no período (397-A + 397-B)					

		397 €	0,00
397-A Valor utilizado no período [art.º 15.º, n.º 1 al. c) e art.º 75.º, n.º 5]			
Valor utilizado no período		NIF	
397-B Valor utilizado no período (art.º 75.º, n.ºs 1 e 3)			
Valor utilizado no período		NIF	
Matéria Coletável do regime especial (campo 11 do quadro 04 do anexo G)		300 €	
MATÉRIA COLETÁVEL NÃO ISENTA [(311 - 399) + 322 + 336] ou 409 ou campo 42 do anexo E, exceto o campo 300		346 €	41.289,11

10	Cálculo do Imposto		
Imposto à taxa normal (art.º 87.º, n.º 2, 1.ºs € 15.000,00 de matéria coletável das PME) (c. 311 do q.09 da m22 ou c.42 do anexo E) x 17%	347-A €	2.550,00	
Imposto à taxa normal (art.º 87.º, n.º 1) (c. 311 do q.09 da m22 ou c. 42 do anexo E) x 21%	347-B €	43.936,84	
Imposto a outras taxas	348 %	349 €	
Imposto imputável à Região Autónoma dos Açores	350 €		
Imposto imputável à Região Autónoma da Madeira	370 €		
COLETA (347-A + 347-B + 349 + 350 + 370)	351 €	46.486,84	
Derrama estadual (art.º 87.º - A)	373 €		
COLETA TOTAL (351 +373)	378 €	46.486,84	
Deduções:			
Dupla tributação jurídica internacional (DTJI - art.º 91.º)	353 €		
Dupla tributação económica internacional (art.º 91.º -A)	375 €		
Benefícios fiscais	355 €		
Adicional ao Imposto Municipal sobre imóveis (art.º 135.º-J do CIMI)	470 €		
Pagamento especial por conta (art.º 93.º)	356 €		
TOTAL DAS DEDUÇÕES (353 + 375 + 355 + 356 + 470) <= 378	357 €	0,00	
TOTAL DO IRC LIQUIDADO (378 - 357) >= 0	358 €	46.486,84	
Resultado da liquidação (art.º 92.º)	371 €		
Retenções na fonte	359 €	126,06	
Pagamentos por conta (art.º 105.º) e Pagamento por conta autónomo (Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, art.º 136.º, n.º 2)	360 €		
Pagamentos adicionais por conta (art.º 105.º - A)	374 €		
IRC A PAGAR (358 + 371 - 359 - 360 - 374) > 0	361 €	46.360,78	
IRC A RECUPERAR (358 + 371 - 359 - 360 - 374) < 0	362 €	0,00	
IRC de períodos anteriores	363 €		
Reposição de benefícios fiscais	372 €		
Derrama municipal	364 €		
Dupla tributação jurídica internacional (art.º 91.º) - Países com CDT e quando DTJI > 378	379 €		
Tributações autónomas	365 €	2.393,75	
Juros compensatórios	366 €		
Juros de mora	369 €		
TOTAL A PAGAR [361 ou (-362) + 363 + 372 + 364 - 379 + 365 + 366 + 369] > 0	367 €	48.754,53	
TOTAL A RECUPERAR [(-362) + 363 + 372 + 364 - 379 + 365 + 366 + 369] < 0	368 €	0,00	
10-A Juros compensatórios			
Discriminação do valor indicado no campo 366 do quadro 10:			
Juros compensatórios declarados por atraso na entrega da declaração	386-A €		
Juros compensatórios declarados por outros motivos	386-B €		
10-B Transferência de residência/cessação da atividade de estabelecimento estável/afetação de elementos patrimoniais (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º -A, n.º 11)			
Modalidade de pagamento do imposto correspondente (art.º 83.º, n.º 2)			
1 <input type="checkbox"/> imediato [al. a)]			
2 <input type="checkbox"/> diferido [al. b)]			
3 <input type="checkbox"/> fracionado [al. c)]			
IRC + Derrama estadual		Derrama municipal	
Valor do pagamento diferido ou fracionado	377-A €	377-B €	
Total dos pagamentos diferidos ou fracionados (377-A + 377-B)	377 €		
TOTAL A PAGAR (367 -377) > 0	430 €		
TOTAL A RECUPERAR [367 ou (- 368) - 377] < 0	431 €		

11	Outras informações	
Total de rendimentos do período	410 €	489.577,86
Volume de negócios do período (a repartir no quadro 11-B, se for caso disso)	411 €	106.583,70
Diferença positiva entre o valor considerado para efeitos de liquidação do IMT e o valor constante do contrato, nos casos em que houve recurso ao procedimento previsto no art.º 139.º	416 €	
Data em que ocorreu a transmissão das partes sociais (art.º 51.º, n.º 9 e art.º 88.º, n.º 11)	418	
Tratando-se de microentidade, indique se, em alternativa às normas contabilísticas para microentidades (NC-ME), opta pela aplicação das normas contabilísticas e de relato financeiro para as pequenas entidades (NCRF-PE) ou das normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) [art.º 9.º-D do DL n.º 158/2009, de 13 de julho]	Sim?	423 <input type="checkbox"/>
Ocorreu no período de tributação uma operação de fusão com eficácia retroativa (n.º 11 do art.º 8.º) da qual é sociedade beneficiária?	Sim?	429 <input type="checkbox"/>

11-A	Ativos por impostos diferidos (AID) - Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto							
Discriminação dos AID inscritos nas demonstrações financeiras a que respeita a Mod. 22:								
AID de perdas por imparidade em créditos								460 €
AID de benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados								461 €
Outros AID								462 €
Informação adicional:								
Capital próprio								463 €
Crédito Tributário								464 €
Data da entrada em liquidação								465

11-B	Repartição do Volume Anual de Negócios pelas Circunscrições (CONTINENTE, AÇORES E MADEIRA)								
Volume global de negócios não isento								1 €	106.583,70
Volume de negócios, não isento, imputável às instalações situadas na Região Autónoma da Madeira (RAM)								2	€
Volume de negócios, não isento, imputável às instalações situadas na Região Autónoma dos Açores (RAA)								3	€
Rácio 1 (RAM) = (campo 2 : campo 1)								4	0,000
Rácio 2 (RAA) = (campo 3 : campo 1)								5	0,000
Rácio 3 (CONTINENTE) = 1 - (rácio 1 + rácio 2)								22	1,000

12	Retenções na fonte								
N.º de identificação fiscal ( NIF )								Retenção na fonte	
501250360								€	125,00
								€	1,06

13	Tributações autónomas								
Despesas de representação (art.º 88.º, n.º7)								414 €	
Encargos efetuados ou suportados com ajudas de custo e de compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador (art.º 88.º, n.º 9)								415 €	
Lucros distribuídos por entidades sujeitas a IRC a sujeitos passivos que beneficiem de isenção total ou parcial (art.º 88.º, n.º 11)								417 €	
Encargos com viaturas (antiga redação do art.º 88, n.º 3) (regime em vigor até 31/12/2013)								420 €	
Encargos com viaturas (ex-art.º 88.º, n.º4) (regime em vigor até 31/12/2013)								421 €	
Indemnizações por cessação de funções de gestor, administrador ou gerente [art.º 88.º, n.º 13, al. a)]								422 €	
Gastos ou encargos relativos a bónus e outras remunerações variáveis pagas a gestores, administradores ou gerentes [art.º 88.º, n.º 13, al. b)]								424 €	
Encargos não dedutíveis nos termos da al. h) do n.º 1 do artigo 23.º-A suportados pelos sujeitos passivos que apresentem prejuízo fiscal (art.º 88.º, n.º 9) (regime em vigor até 31/12/2016)								425 €	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a)]								426 €	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b)]								427 €	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c)]								428 €	6.125,00
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 17]								432 €	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 17]								433 €	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 17]								434 €	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 18]								435 €	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 18]								436 €	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 18]								437 €	
Despesas não documentadas [art.º 88, n.º 1] (Regime Simplificado ou OIC abrangidos pelo art.º 22, n.º 8 do EBF)								438 €	625,00
Importâncias pagas ou devidas a entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado [art.º 88.º, n.ºs 1 e 8] (Regime Simplificado ou OIC abrangidos pelo art.º 22.º, n.º 8 do EBF)								439 €	

13-A	Tributações autónomas - Zona Franca da Madeira (art.º 36.º-A, n.º 14 do EBF)							
Despesas de representação (art.º 88.º, n.º7)								440 €
Encargos efetuados ou suportados com ajudas de custo e de compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador (art.º 88.º, n.º 9)								441 €
Lucros distribuídos por entidades sujeitas a IRC a sujeitos passivos que beneficiem de isenção total ou parcial (art.º 88.º, n.º 11)								442 €
Indemnizações por cessação de funções de gestor, administrador ou gerente [art.º 88.º, n.º 13, al. a)]								443 €
Gastos ou encargos relativos a bónus e outras remunerações variáveis pagas a gestores, administradores ou gerentes [art.º 88.º, n.º 13, al. b)]								444 €
Encargos não dedutíveis nos termos da al. h) do n.º 1 do artigo 23.º-A suportados pelos sujeitos passivos que apresentem prejuízo fiscal (art.º 88.º, n.º 9) (regime em vigor até 31/12/2016)								445 €
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a)]								446 €
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b)]								447 €
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c)]								448 €
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 17]								449 €
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 17]								450 €
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 17]								451 €
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 18]								452 €
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 18]								453 €
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 18]								454 €

14	Crédito de imposto por dupla tributação jurídica internacional (CIDTJI)							
1 - Código do País	2 - Tipo de rendimentos	3 - Saldo não deduzido	Apuramento no período			7 - Dedução efetuada no período	8 - Saldo que transita	
			4 - Imposto pago no estrangeiro [art.º 91.º, n.º1, al. a)]	5 - Fração do imposto relativa a rendimentos obtidos no estrangeiro [art.º 91.º, n.º 1, al. b)]	6 - Crédito de imposto do período			
Saldo não deduzido			Crédito de imposto do período		Dedução efetuada no período		Saldo que transita	

TOTAL do CIDTJI com CDT	€		€		€		€	
TOTAL do CIDTJI sem CDT	€		€		€		€	
TOTAL do CIDTJI	€		€		€		€	

Anexo D	
03	Rendimentos Isentos
031	Isenção definitiva
	Pessoas coletivas de utilidade pública de solidariedade social (art.º 10.º do CIRC)
	Atividades culturais, recreativas e desportivas (art.º 11.º do CIRC e art.º 54.º, n.º 1 do EBF)
	Cooperativas (art.º 66.º-A do EBF)
	Empreiteiros ou arrematantes, relativamente aos lucros derivados de obras e trabalhos das infraestruturas comuns NATO (art.º 14, n.º 2 do CIRC)
	Fundos de pensões e equiparáveis (art.º 16.º, n.º 1 do EBF) e outros fundos isentos definitivamente
	Entidade central de armazenagem: resultados líquidos do período contabilizados na gestão de reservas estratégicas de petróleo (art.º 25.º-A do Decreto-Lei n.º 165/2013, de 16 de dezembro)
	Outras isenções definitivas
031-A	Campo 314 - Fundos de pensões e equiparáveis (art.º 16.º, n.º 1 do EBF) e outros fundos isentos definitivamente
	Código do benefício   Montante
031-B	Campo 304 - Outras isenções definitivas
	Código do benefício   Montante
032	Isenção temporária
	Zona Franca da Madeira e da Ilha de Santa Maria (art.º 33.º, n.º 1 do EBF)
	Comissões vitivinícolas regionais (art.º 52.º do EBF)
	Entidades gestoras de sistemas integrados de gestão de fluxos específicos de resíduos (art.º 53.º do EBF)
	Associações públicas, confederações, associações sindicais e patronais e associações de pais (art.º 55.º do EBF)
	Sociedades ou associações científicas internacionais (ex-art.º 57.º do EBF)
	Baldios e comunidades locais (art.º 59.º do EBF)
	Medidas de apoio ao transporte rodoviário de passageiros e mercadorias (mais-valias isentas (art.º 70.º do EBF))
	Fundos de poupança em ações (art.º 26.º do EBF) e outros fundos isentos temporariamente
	Rendimentos obtidos por entidades de gestão florestal (EGF) e unidades de gestão florestal (UGF) (art.º 59.º-G do EBF)
	Outras isenções temporárias
032-A	Campo 315 - Fundos de poupança em ações (art.º 26.º do EBF) e outros fundos isentos temporariamente
	Código do benefício   Montante
032-B	Campo 312 - Outras isenções temporárias
	Código do benefício   Montante

04	Deduções ao rendimento (a deduzir no campo 774 no quadro 07 da declaração)
	Normativo legal
	Majoração à criação de emprego (art.º 19.º do EBF)
	Fundos de investimento [art.º 22.º, n.º 14, al. b) do EBF]
	Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos por sociedades residentes nos PALOP e Timor-Leste (ex-art.º 42.º do EBF)
	Majorações aplicadas aos benefícios fiscais à interioridade [ex-art.º 43.º, n.º 1, al. c) e d) do EBF]
	Empresas armadoras da marinha mercante nacional (art.º 51.º do EBF)
	Majorações aplicadas aos donativos previstos nos artigos 62.º, 62.º-A e 62.º-B do EBF
	Majoração de quotizações empresariais (art.º 44.º do CIRC)
	Majoração aplicada aos gastos suportados com a aquisição, em território português, de combustíveis para abastecimento de veículos (art.º 70.º, n.º 4 do EBF)
	Remuneração convencional do capital social (art.º 136.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31/12 e art.º 41.º-A do EBF)
	Majoração dos gastos relativos a creches, lactários e jardins de infância (art.º 43.º, n.º 9 do CIRC)
	Majoração das despesas realizadas por cooperativas em aplicação da reserva para a educação e formação (art.º 66.º-A, n.º 7 do EBF)
	Lucros colocados à disposição e rendimentos de juros obtidos por sócios ou acionistas de sociedades licenciadas na ZFM (art.º 36.º-A, n.ºs 10 e 11, do EBF)
	Majoração dos gastos suportados com a aquisição de eletricidade, GNV e GPL para abastecimento de veículos (art.º 59.º-A do EBF)
	Majoração das despesas com sistemas de car-sharing e bike-sharing (art.º 59.º-B do EBF)
	Majoração das despesas com frotas de velocípedes (art.º 59.º-C do EBF)
	Majoração do gasto suportado por proprietários e produtores florestais aderentes a zona de intervenção florestal com contribuições financeiras destinadas ao fundo comum (art.º 59.º-D, n.º 12 do EBF)
	Majoração das despesas com certificação biológica de exploração (art.º 59.º-E do EBF)
	Majorações dos gastos e perdas no âmbito de parcerias de títulos de impacto social (art.º 19.º-A do EBF)
	Majorações dos gastos e perdas relativos a obras de conservação e manutenção dos prédios ou parte de prédios afetos a lojas com história reconhecidas pelo município (art.º 59.º-I do EBF)
	Outras deduções ao rendimento
	TOTAL DAS DEDUÇÕES (401 + .... + 409 + 412 + .... + 421 + 410)
04-A	Campo 410 - Outras deduções ao rendimento
	Código do benefício   Montante
041	Transmissão de benefícios fiscais da sociedade fundida ou cindida ou da sociedade contribuidora (art.º 75.º-A do CIRC)
	Código do benefício   NIF soc. fundida, cindida ou contribuidora   Montante

05	Soc. gestoras de participações sociais (SGPS), soc. de capital de risco (SCR) e investidores de capital de risco (ICR)
----	--



Mais-valias não tributadas (ex-art.º 32.º, n.º 2 e ex-art.º 32.º-A, n.º 1 do EBF)		501 €
Menos-valias fiscais não dedutíveis (ex-art.º 32.º, n.º 2 e ex-art.º 32.º-A, n.º 1 do EBF)		502 €

06

Entidades Licenciadas na Zona Franca da Madeira

Data do licenciamento

601

604 Código NACE Rev. 1 (art.º 36.º, n.º 6 do EBF)

Código NACE Rev. 1 (art.º 36.º, n.º 6 do EBF)

605 Código NACE Rev. 2 (art.º 36.º-A, n.º 7 do EBF)

Código NACE Rev. 2 (art.º 36.º-A, n.º 7 do EBF)

Número de postos de trabalho criados nos primeiros seis meses de atividade e mantidos no período

602

Número de postos de trabalho criados/mantidos:

No início do período de tributação

606

No final do período de tributação

607

Investimento efetuado na aquisição de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, nos dois primeiros anos de atividade

603 €

06.1 Apuramento do limite máximo aplicável aos benefícios fiscais relativos ao período (a preencher no caso de aplicação do regime do art.º 36.º-A do EBF)

Benefício correspondente à diferença:

Taxa de IRC (artigo 36.º-A, n.º 1 do EBF)

608 €

Derrama regional (artigo 36.º-A, n.º 12 do EBF)

609 €

Derrama municipal (artigo 36.º-A, n.º 12 do EBF)

610 €

Taxas de tributações autónomas (artigo 36.º-A, n.º 14 do EBF)

611 €

Dedução de 50% da coleta do IRC (artigo 36.º-A, n.º 6 do EBF)

612 €

Outros benefícios previstos (artigo 36.º-A, n.º 12 do EBF)

613 €

TOTAL DOS BENEFÍCIOS FISCAIS (608 + 609 + 610 + 611 + 612 + 613)

614 €

Valor acrescentado bruto no período e na Zona Franca da Madeira x 20,1% [art.º 36.º-A, n.º 3, a) do EBF]

615 €

Custos anuais de mão-de-obra incorridos na Zona Franca da Madeira x 30,1% [art.º 36.º-A, n.º 3, b) do EBF]

616 €

Volume de negócios do período na Zona Franca da Madeira x 15,1% [art.º 36.º-A, n.º 3, c) do EBF]

617 €

Excesso a regularizar (art.º 36.º-A, n.º 3 do EBF) (a transportar para o campo 372 do quadro 10 da declaração)

618 €

07

Deduções à coleta (a deduzir no campo 355 do quadro 10 da declaração)

071

Benefícios fiscais contratuais ao investimento (ex-art.º 41.º, n.º 1 do EBF, art.ºs 15.º a 21.º do CFI (revogado) e art.ºs 2.º a 21.º do CFI aprovado pelo Dec.-Lei n.º 162/2014, de 31/10 e art.ºs 2.º a 21.º do CFI na RAM aprovado pelo Dec. Leg. Regional n.º 24/2016/M, de 28/06)

NIF da soc. Individual (RETGS)

01-Diploma

02-Período a que respeita o benefício

03-Saldo caducado

701-Saldo não deduzido no período anterior

702-Dotação do período

703-Dedução do período

704-Saldo que transita para período seguinte

Saldo caducado

Saldo não deduzido no período anterior

Dotação do período

Dedução do período

Saldo que transita para período(s) seguinte(s)

Total

€

0,00

€

0,00

€

0,00

€

0,00

€

0,00

071-A

RETGS - INFORMAÇÃO ADICIONAL (a preencher pelas sociedades que integram o grupo) - utilização do benefício no âmbito do grupo

01-Diploma

02-Período a que respeita o benefício

03-Saldo caducado real na declaração do grupo

04-Saldo não deduzido no período anterior à coleta do grupo

05-Dotação do período na declaração do grupo

06-Dedução utilizada na declaração de grupo

07-Saldo que transita para período seguinte na declaração de grupo

Saldo caducado real na declaração do grupo

Saldo não deduzido no período anterior à coleta do grupo

Dotação do período na declaração do grupo

Dedução utilizada na declaração de grupo

Saldo que transita para período seguinte na declaração de grupo

Total

€

0,00

€

0,00

€

0,00

€

0,00

€

0,00

072

Projetos de investimento à internacionalização (ex-art.º 41.º, n.º 4 do EBF e art.º 22.º do CFI revogado pela Lei n.º 83-C/2013, de 31/12)

Saldo não deduzido no período anterior

Dotação do período

Dedução do período

Saldo que transita para período seguinte

705 €

706 €

707 €

708 €

0,00

073

SIFIDE - Sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial (Lei n.º 40/2005, de 3/8) e SIFIDE II (art.º 133.º da Lei 55-A/2010, de 31/12, art.ºs 33.º a 40.º do CFI (revogado) e art.ºs 35.º a 42.º do CFI aprovado pelo Dec.-Lei n.º 162/2014, de 31/10 e art.ºs 35.º a 42.º do CFI na RAM aprovado pelo Dec. Leg. Regional n.º 24/2016/M, de 28/06)

743-NIF da soc. Individual (RETGS)

01-Diploma

02-Período a que respeita o benefício

03-Saldo caducado

709-Saldo não deduzido no período anterior

710-Dotação do período

711-Dedução do período

712-Saldo que transita para período(s) seguinte(s)

Saldo caducado

Saldo não deduzido no período anterior

Dotação do período

Dedução do período

Saldo que transita para período(s) seguinte(s)

Total

€

0,00

€

0,00

€

0,00

€

0,00

€

0,00

073-A

RETGS - INFORMAÇÃO ADICIONAL (a preencher pelas sociedades que integram o grupo) - utilização do benefício no âmbito do grupo

01-Diploma

02-Período a que respeita o benefício

03-Saldo caducado real na declaração do grupo

04-Saldo não deduzido no período anterior à coleta do grupo

05-Dotação do período na declaração do grupo

06-Dedução utilizada na declaração de grupo

07-Saldo que transita para período seguinte na declaração de grupo

Saldo caducado real na declaração do grupo

Saldo não deduzido no período anterior à coleta do grupo

Dotação do período na declaração do grupo

Dedução utilizada na declaração de grupo

Saldo que transita para período seguinte na declaração de grupo

Total

€

0,00

€

0,00

€

0,00

€

0,00

€

0,00

074

Regime fiscal de apoio ao investimento (Lei n.º 10/2009, de 10/3 (sucessivamente prorrogada), art.ºs 26º a 32º do CFI (revogado) e art.ºs 22.º a 26.º do CFI aprovado pelo Dec.-Lei n.º 162/2014, de 31/10) e art.ºs 22.º a 26.º do CFI na RAM aprovado pelo Dec. Leg. Regional n.º 24/2016/M, de 28/06)

744-NIF da soc. Individual (RETGS)

01-Diploma

02-Período a que respeita o benefício

03-Saldo caducado

713-Saldo não deduzido no período anterior

714-Dotação do período

715-Dedução do período

716-Saldo que transita para período seguinte

Saldo caducado

Saldo não deduzido no período anterior

Dotação do período

Dedução do período

Saldo que transita para período seguinte

Total

€		0,00	€	0,00	€	0,00	€	0,00	€	0,00				
074-A		RETGS - INFORMAÇÃO ADICIONAL (a preencher pelas sociedades que integram o grupo) - utilização do benefício no âmbito do grupo												
01-Diploma	02-Período a que respeita o benefício	03-Saldo caducado real na declaração do grupo	04-Saldo não deduzido no período anterior à coleta do grupo	05-Dotação do período na declaração do grupo	06-Dedução utilizada na declaração de grupo	07-Saldo que transita para período seguinte na declaração de grupo								
		Saldo caducado real na declaração do grupo	Saldo não deduzido no período anterior à coleta do grupo	Dotação do período na declaração do grupo	Dedução utilizada na declaração de grupo	Saldo que transita para período seguinte na declaração de grupo								
Total		€	0,00	€	0,00	€	0,00	€	0,00	€	0,00			
075		Outras deduções à coleta												
		Normativo legal							Dedução efetuada					
		Incentivos fiscais aos lucros reinvestidos na Região Autónoma da Madeira (Dec. Leg. Regional n.º 2/2009/M, de 22/1)							717	€				
		Incentivos fiscais aos lucros reinvestidos na Região Autónoma dos Açores (art.º 6.º do Dec. Leg. Regional n.º 2/99/A, de 20/1)							726	€				
		Entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira (art.ºs 35.º, n.º 6 e 36º, n.º5 e 36.º-A, n.º6 do EBF)							718	€				
		Sociedades de capital de risco e investidores de capital de risco (art.º 32.º-A, n.º 4 do EBF)							719	€				
		Dedução por lucros retidos e reinvestidos pelas PME (art.os 27.º a 34.º do CFI) aprovado pelo Dec.-Lei n.º 162/2014, de 31/10 e art.ºs 27.º a 34.º do CFI na RAM aprovado pelo Dec. Leg. Regional n.º 24/2016/M, de 28/06)							727	€				
		Dedução de 50% à coleta pelas entidades licenciadas para operar na Zona Franca Industrial da Madeira (art.º 36.º-A, n.º 6 do EBF)							728	€				
									720	€				
		TOTAL DAS DEDUÇÕES (703 + 707 + 711 + 715 + 724 + 795 + 717 + 726 + 718 + 719 + 727 + 728 + 720)							721	€	0,00			
076		Crédito fiscal extraordinário ao investimento (Lei n.º 49/2013, de 16/07)												
Saldo não deduzido no período anterior		Dotação do período		Dedução do período		Saldo que transita para período seguinte								
722 €		0,00	723 €	0,00	724 €	0,00	725 €					0,00		
077		Transmissão de benefícios fiscais da sociedade fundada ou cindida ou da sociedade contribuidora (Art.º 75.º-A do CIRCI)												
729-NIF sociedade fundada, cindida ou contribuidora		01-Diploma		02-Período a que respeita o benefício		730-Saldo do benefício transmitido		731-Dotação do período						
		Saldo do benefício transmitido		Dotação do período										
Total		€		0,00		€		0,00						
078		Incentivos sujeitos às taxas máximas de auxílios regionais (CFI aprovado pelo Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro) (Para períodos de tributação de 2015 e 2016)												
746-Código do benefício		735-Região elegível (art.º 43.º do CFI)		736-Código CAE da atividade a que se destina o investimento (art.º 2.º da Port. n.º 282/2014, de 31/12)		737-Montante das aplicações relevantes (art.ºs 11.º, 22.º e 30.º do CFI)		Incentivos: Fiscais 738-IRC 739-IMI, IMT e SELO		740-Não Fiscais	741-Total			
Indique se se qualifica como microentidade nos termos previstos no Anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro														
1 <input type="checkbox"/> Sim														
2 <input type="checkbox"/> Não														
078-A		Incentivos sujeitos às taxas máximas de auxílios regionais (CFI aprovado pelo Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro) (Para os períodos de tributação de 2017 e seguintes)												
078-A1		Informação relativa a projetos de investimento de âmbito regional												
		Projeto de investimento/incentivo					Aplicações relevantes previstas							
782-N.º de linha		750-Tipo	751-N.º projeto/Código do incentivo	752-Data de início do investimento	753-Data de fim do investimento	754-Tipologia de investimento	755-Identificação oficial do incentivo financeiro	756-Região elegível	757-Código CAE	758-Montante total	759-Montante total atualizado			
078-A2		Incentivos financeiros usufruídos e fiscais utilizados - Valores do período de tributação												
760-N.º de linha		Aplicações relevantes realizadas		Financeiro		IRC		IMI		IMT	SELO	771-Montante total atualizado dos benefícios usufruídos/utilizados		
		761-Montante	762-Montante atualizado	763-Montante usufruído	764-Montante usufruído atualizado	765-Montante utilizado	766-Montante atualizado	767-Montante utilizado	768-Montante atualizado	769-Montante utilizado	770-Montante utilizado			
078-A3		Incentivos financeiros usufruídos e fiscais utilizados - Valores atualizados acumulados												
772-N.º de linha		Aplicações relevantes realizadas		Financeiro		IRC		IMI		IMT	SELO	779-Montante total atualizado dos benefícios usufruídos/atualizados	780-Intensidade de auxílio acumulada (em %)	781-Montante a inscrever no campo 372 do Q.10 da M.22
		773-Montante acumulado atualizado	774-Montante usufruído atualizado	775-Montante atualizado	776-Montante atualizado	777-Montante utilizado	778-Montante utilizado							
079														
790-N.º de identificação da obra		791-Data de início da obra		792-Data de conclusão da obra		793-Saldo não deduzido no período anterior		794-Valor do incentivo no período		795-Dedução do período		796-Saldo que transita para período seguinte		
Total												€	0,00	€
08														
Donativos (art.ºs 62.º, 62.º-A e 62.º-B do EBF)														
Tipo donativo NIF da entidade donatária Valor donativo														
09														
Incentivos Fiscais sujeitos à regra de minimis														
Total dos Incentivos de anos anteriores (de natureza fiscal e não fiscal)														
N-2 901 €														
N-1 902 €														
Incentivos do ano														
Incentivo de natureza não fiscal 903 €														

IFPC -

V

€

Incentivos de natureza fiscal			
Remuneração convencional do capital social (Lei n.º 55-A/2010, de 31/12 e art.º 41.º-A do EBF) x taxa do IRC	904-A	€	
Redução da taxa do IRC aplicável às PME, aos primeiros € 15.000,00 de matéria coletável (art.º 87.º, n.º 2 do CIRC)	904-B	€	600,00
Redução de taxa - benefícios à interioridade (ex-art.º 43.º e art.º 41.º-B do EBF)	904-C	€	
Despesas com projeto de investimento produtivo (art.º 18.º, n.º1, al. b) e n.º5 do CFI, revogado pelo Dec-Lei n.º 162/2014, de 31/10) x taxa do IRC	904-D	€	
Derrama municipal (art.º 18.º, n.º 25 da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro)	904-E	€	
Total dos incentivos do ano de natureza fiscal (904-A + 904-B + 904-C + 904-D + 904-E)	904	€	600,00
Total dos incentivos do triénio (901 + 902 + 903 + 904)	905	€	600,00
IRC a regularizar (a indicar no campo 372 do quadro 10 da declaração)	906	€	
Identificação das empresas associadas (conceito de empresa única para efeitos do limite de mínimos)			
907 - NIF			

10	Incentivos Fiscais à interioridade ligados ao investimento sujeitos às taxas máximas de auxílios regionais (ex-art.º 43.º do EBF) - a indicar no campo 372 do Q.10 da declaração			
Investimentos elegíveis		Tangível	Intangível	TOTAL
1001 €			1002 €	1003 €
Auxílios ao investimento				
Redução dos encargos com a segurança social x (1 - taxa do IRC)				1004 €
Majoração das depreciações		Majoração	Taxa do IRC	Valor do auxílio
1005 €			1006	1007 %
Majoração dos encargos com a segurança social		Majoração	Taxa do IRC	Valor do auxílio
1008 €			1009	1010 %
Majoração do crédito fiscal ao investimento				1011 €
Outros				1012 €
TOTAL DOS AUXÍLIOS (1004 + 1007 + 1010+ 1011+ 1012)				1013 €
Taxa de auxílio				1014 %
Taxa máxima legal aplicável				1015 %
EXCESSO A REGULARIZAR (a transportar para o campo 372 do quadro 10 da declaração)				1016 €

11	Deduções à Matéria Coletável (a deduzir no campo 399 do quadro 09 da declaração)			
111		Coletividades desportivas (art.º 54, n.º 2 do EBF)		
Saldo não deduzido no período anterior	Dotação do período	Dedução do período	Saldo que transita para período(s) seguinte(s)	
1111 €	1112 €	1113 €	1114 €	

11-A	Informação adicional relativa ao regime aplicável às entidades licenciadas na ZFM e aos auxílios de estado com finalidade regional	
Caso tenha empresa(s) parceira(s) ou associada(s) tal como definida(s) nos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, indique o(s) respetivo(s) NIF	Caso tenha empresa(s) parceira(s) ou associada(s) tal como definida(s) nos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, indique o(s) respetivo(s) NIF	
3 - NIF		